

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.131 - PR
(2016/0254946-7)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : DORACI DE JESUS TABORDA
EMBARGANTE : OSNI ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LINCOLN EDUARDO ALBUQUERQUE DE CAMARGO FILHO -
PR025655
EMBARGADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORES : CLEIDE ROSECLER KAZMIERSKI E OUTRO(S) - PR019557
MARINA CERQUEIRA LEITE DE FREITAS LUÍS - PR026877
EMBARGADO : PARANAPREVIDENCIA
ADVOGADOS : GISELLE PASCUAL PONCE - PR017729
ANTONIO ROBERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA - PR033341

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por DORACI DE JESUS TABORDA contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 389/391, em que neguei provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, uma vez que o STJ possui entendimento de que, sendo declarada pelo Tribunal de origem a inconstitucionalidade do art. 30, § 2º, da Lei 13.757/2002 (base legal para o pagamento da gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do Estado do paraná)   indevida a concessão da referida gratificação com base no Decreto 6.285/2002, que se limitava a regular o disposto na lei considerada inconstitucional.

A parte embargante, às e-STJ fls. 394/397, sustenta a ocorrência de omissão relativa ao fato de que o mencionado decreto regulamentador foi publicado dias antes da lei por ele regulamentada.

Impugnação às e-STJ fls. 401/404 e 405/410.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

In casu, não ocorreu nenhuma dessas situações.

Consoante assentado na decisão embargada, o STJ possui entendimento de que, sendo declarada pelo Tribunal de origem a inconstitucionalidade do art. 30, § 2º, da Lei 13.757/2002 (base legal para o pagamento da gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do Estado do Paraná), é indevida a concessão da referida gratificação com base no Decreto 6.285/2002, que se limitava a regular o disposto na lei considerada inconstitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Note-se que o simples fato de o mencionado decreto regulamentador ter sido publicado dias antes da lei por ele regulamentada não lhe retira essa natureza e tampouco afasta a inconstitucionalidade da base legal para o pagamento da gratificação almejada.

Por fim, advirto a parte embargante que a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator